



ARTIGOS

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA. CIRCULAÇÃO DE IDEIAS, MODELOS E APROPRIAÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Celia Maria Benedicto Giglio

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Guarulhos, São Paulo – Brasil

Celia.giglio@unifesp.br

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-6627-5459>

RESUMO: O artigo apresenta de modo sumário a concepção e o desenvolvimento do Programa de Residência Pedagógica (PRP) do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Paulo desde 2006. Analisa proposições legislativas federais e dos executivos federal e estadual de São Paulo de modelos de “residências” na formação inicial e continuada de professores da educação básica, confrontando os modelos com a ideia-chave de vinculação entre formação teórica de base e a prática socioprofissional de professores e gestores escolares. Conclui da análise que o poder da palavra Residência na formação de professores remete a uma ideia-força que sugere formação de qualidade superior. Os Projetos Legislativos contaram com essa âncora, porém, sem conteúdo articulado à realidade. As iniciativas legislativas ou do executivo federal e do Estado de São Paulo revelaram distintas motivações e concepções: como formação continuada, assumiram a potencialidade da imitação pelo exemplo; aplicada à formação inicial de professores, a Residência Educacional em São Paulo reproduziu mais a experiência de um estágio remunerado em apoio às *escolas prioritárias*. A indução proposta pela Capes apresenta dois elementos centrais: foco na formação inicial de professores e *adequação dos currículos e propostas pedagógicas de licenciatura às orientações da BNCC*. A iniciativa não tem escala e pode estar assumindo a *função* de preparar a aceitação do modelo pelas IES, se e quando tornar-se uma imposição legal. Considerando o terceiro setor, a circulação de ideias e apropriações nacionais e internacionais da “*marca*” já oferta o Programa de Residência Pedagógica como um produto inovador no mercado da formação de professores.

PALAVRAS-CHAVE: Residência pedagógica. Formação inicial de professores. Políticas públicas de formação de professores. Circulação de modelos de formação. Pedagogia da Alternância.

PEDAGOGICAL RESIDENCE. CIRCULATION OF IDEAS, MODELS AND APPROPRIATIONS IN TEACHER TRAINING

ABSTRACT: The article summarizes the conception and development of the Pedagogical Residency Program (PRP) of the Pedagogy Course at the Universidade Federal de São Paulo since 2006. It analyzes federal legislative proposals and the federal and state executives of São Paulo for models of “residences” in the initial and continuing training of basic education teachers, confronting the models with the key idea of linking

basic theoretical training and the socio-professional practice of teachers and school managers. It concludes from the analysis that the power of the word Residence in teacher education refers to an idea-force that suggests higher quality education. Legislative Projects counted on this anchor, however, without content linked to reality. Legislative or federal executive and São Paulo State initiatives revealed different motivations and conceptions: as continuing education, they assumed the potential of imitation by example; applied to initial teacher training, the Educational Residence in São Paulo reproduced more the experience of a paid internship in support of priority schools. The induction proposed by Capes has two central elements: focus on the initial training of teachers and the adaptation of curricula and pedagogical proposals for undergraduate courses to BNCC guidelines. The initiative has no scale and may be assuming the role of preparing the acceptance of the model by the Higher Education Institutions, if and when it becomes a legal imposition. Considering the third sector, the circulation of ideas and national and international ideas and appropriations of the "brand" already offers the Pedagogical Residency Program as an innovative product in the teacher training market.

KEYWORDS: Pedagogical residency. Initial teacher training. Public policies for teacher education. Circulation of training models. Pedagogy of Alternation.

RESIDENCIA PEDAGÓGICA. CIRCULACIÓN DE IDEAS, MODELOS Y APROPIACIONES EN LA FORMACIÓN DE PROFESORES

RESUMEN: El artículo resume la concepción y desarrollo del Programa de Residencia Pedagógica (PRP) del Curso de Pedagogía de la Universidade Federal de São Paulo desde 2006. Analiza propuestas legislativas federales y los ejecutivos federales y estatales de São Paulo para modelos de "residencias En la formación inicial y continua de los docentes de educación básica, confrontando los modelos con la idea clave de vincular la formación teórica básica y la práctica socioprofesional de los docentes y directivos escolares. Se concluye del análisis que el poder de la palabra Residencia en la formación del profesorado se refiere a una idea-fuerza que sugiere una educación de mayor calidad. Los Proyectos Legislativos contaban con este ancla, sin embargo, sin contenidos vinculados a la realidad. Las iniciativas del ejecutivo legislativo o federal y del Estado de São Paulo revelaron diferentes motivaciones y concepciones: como educación continua, asumieron el potencial de la imitación con el ejemplo; aplicada a la formación inicial del profesorado, la Residencia Educativa de São Paulo reprodujo más la experiencia de una pasantía remunerada en apoyo de las escuelas prioritarias. La inducción propuesta por Capes tiene dos elementos centrales: centrarse en la formación inicial de los docentes y la adecuación de los planes de estudio y propuestas pedagógicas de los programas de pregrado a los lineamientos del BNCC. La iniciativa no tiene escala y puede estar asumiendo el rol de preparar la aceptación del modelo por parte de la IES, si y cuando se convierta en un requisito legal. Considerando el tercer sector, la circulación de ideas y apropiaciones nacionales e internacionales de la "marca" ofrece ya el Programa de Residencia Pedagógica como producto innovador en el mercado de la formación del profesorado.

PALABRAS CLAVE: Residencia pedagógica. Formación inicial del profesorado. Políticas públicas para la formación docente. Circulación de modelos de formación. Pedagogía de la alternancia.

Introdução

A formação de professores para a educação elementar, ou para a educação escolar obrigatória em cada tempo, é assunto complexo que cobre séculos de experimentos e debates envolvendo não apenas aspectos pedagógicos, mas também políticos e econômicos devidos a um problema de escala, à medida em que a educação escolar se torna uma questão de governo da população.

Podemos apontar a segunda metade do século XIX no Brasil como um momento em que o debate sobre as qualificações de mestres para atuarem na instrução pública se coloca com maior vigor, tendo por base prover as escolas de primeiras letras com *professores* aptos a ensinar. A formação ou preparo de professores para atuarem na educação escolar da população, exige considerar a base material que gera tal demanda, o momento em que a escolarização se torna uma questão de Estado. O debate atual a respeito da Residência Pedagógica como uma nova tecnologia para a formação prática ou teórico-prática de professores para a Educação Básica no século XXI, nos auxilia ancorar a apreciação sobre esse modelo de formação inspirado na formação médica como signo de excelência.

Saviani (2009, 2011) apresenta aspectos desse percurso histórico, bem como localiza e aponta os modelos teóricos contrapostos de formação de professores presentes entre nós desde o século XIX até a atualidade. No primeiro, nomeado modelo dos conteúdos culturais-cognitivos, *a formação do professor se esgota na cultura geral e no domínio específico dos conteúdos da área de conhecimento correspondente à disciplina que irá lecionar*; no segundo, nomeado modelo pedagógico-didático, *se considera que a formação do professor propriamente dita só se completa com o efetivo preparo pedagógico-didático*. Apesar do debate ter predominado no âmbito acadêmico, no terreno das políticas de governo voltou-se a questões de ordem prática, a fim de prover a instrução pública de professores aptos a ensinar - segundo certa economia -, e cujo comportamento estivesse enquadrado nos limites exigidos por uma boa conduta moral e profissional. Recuando até o século XIX, verificamos que não apenas a preocupação com os métodos e materiais voltados ao ensino ocuparam a pauta dos governos provinciais no Brasil; uma trama de controles para disciplinar o trabalho do professor e das escolas, desde o centro da instrução pública, foi sendo desenvolvida a partir do levantamento de estatísticas, da produção de regulamentos acompanhados da ação direta de inspetores destinados a conformar as práticas dos mestres.

Encontramos nessa dimensão do governo da instrução pública elementar, portanto, uma outra ordem de preocupações recorrentes que envolvia a formação dos professores e sua atuação, motivadas centralmente pelos *resultados obtidos do ensino*. A título de ilustração o trecho abaixo, retirado do relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo, Diogo de Mendonça, em 1864, descreve o percurso das escolas e do professor público que, no século XXI, pode ser identificada a uma crítica severa à *produtividade* da escola pública à época:

[O professor] Abre diariamente e fecha a escola com recitação de uma oração ou sem ela; faz chamada dos alunos e toma nota dos ausentes ou não a faz; bem ou mal procede a divisão deles em classes, (...): distribui-lhes traslados impressos e manuscritos as vezes inconvenientemente escolhidos, e começa o trabalho pelo método que lhe surge ao acaso, a necessidade ou a reminiscência do que viu seu mestre fazer, método nem sempre adequado ao número dos discípulos e seu estado. (...) Os professores não provocam no exercício das lições a cultura da inteligência; não põem em prática meios conducentes a inocular nela os sentimentos de afeição e respeito aos superiores e à lei, não procedem a trabalhos de composição. (...) dispõe em seus serviços dos discípulos; ausenta-se da sala abandonando-os a si mesmos; deixa-os estar desatentos e em desordem, turbulentos e

rixosos na entrada ou saída; e a sala balda de asseio e limpeza. Então ele emprega-se em trabalhos estranhos ao magistério sem a competente licença; em uma palavra, impunemente procede a bel prazer; tem faculdade para tudo, só arrisca a denúncia de algum inimigo. (...)

O trecho ilustra os objetos sobre os quais a atenção do governo se volta; o controle da atividade escolar, a formação e trabalho do professor, sempre estiveram no âmbito político, ainda que nos debates acadêmicos tenham predominado à época, os métodos e materiais de ensino além do preparo dos professores para ensinar com êxito. A república brasileira consolida o debate sobre a necessidade da formação dos professores na escola Normal nos fins dos oitocentos e a modernidade se fixa em novos arranjos legais e materiais: a obrigatoriedade do ensino, o domínio do uso de métodos eficazes para ensinar superando modelos de educação doméstica e a racionalização crescente do conjunto de aspectos que envolvem a oferta da instrução pública. A formação de professores se constituiu numa *questão sistêmica*; nesta dimensão torna-se uma questão de governo da educação escolar e como tal ela é objeto de constantes regulações que permitem alinhar a formação dos professores ao que é esperado da escola em cada tempo, compondo as políticas educacionais de forma estratégica.

Neste artigo trataremos de uma parte dessa formação de professores que ganha expressão no século XXI: a Residência Pedagógica. Partiremos da concepção e do desenvolvimento do Programa de Residência Pedagógica (PRP) do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Paulo, experiência pioneira em universidade pública presente no Projeto Pedagógico do Curso desde 2006 e destinada à totalidade dos estudantes do Curso de Graduação em Pedagogia. Com foco na Pedagogia da Alternância que o inspirou, analisaremos a adoção de modelos de residências na formação inicial e continuada de professores da educação básica, considerando nessas experiências as estruturas, as metodologias e finalidades quando enunciadas, confrontando estes modelos com a ideia-chave de vinculação entre formação teórica de base e a prática socioprofissional de professores e gestores escolares.

Formar professores como se formam médicos. Um ponto de partida e de chegada.

Entre 2005 e 2006 a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) iniciou sua expansão fundando em sua trajetória novas áreas de conhecimento, dentre elas as Humanidades. O campus Guarulhos, hoje Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) surge de um campo científico e epistemológico diferente daquele que marcou a UNIFESP desde a origem. Criada pela Lei nº 8.957, de 15 de dezembro de 1994, resultou da transformação da Escola Paulista de Medicina (EPM), sendo, até 2005, uma universidade pública que tinha por objetivo desenvolver ensino, pesquisa e extensão, com ênfase no campo específico das ciências da saúde.

As Humanidades, presentes na área de saúde e dirigidas prioritariamente a esse campo, passam a se consolidar como áreas independentes na Universidade e em Guarulhos, um projeto acadêmico, é concebido para articular inicialmente a existência de quatro cursos: Ciências Sociais, Filosofia, História e Pedagogia – Licenciatura. Esse Projeto inaugural partiu de alguns pressupostos de qualidade envolvendo o intercâmbio entre os currículos dos cursos e um modelo de gestão arrojado, que desafiou as estruturas e a tradição da universidade num espaço universitário instituído com base nas Ciências da Saúde e nas tecnologias a ela vinculadas.

O Curso de Pedagogia da Unifesp foi criado em 2006 junto com outros três cursos de graduação, no quadro da expansão das universidades públicas federais. Formulado por uma equipe de consultores em conjunto com docentes da área de humanidades da Escola Paulista de Medicina entre 2005 e 2006, surge desde a origem no enquadramento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura CNE/CP nº 01 de 15/5/2006.

Os primeiros concursos de docentes ocorridos nesse mesmo ano selecionaram um grupo de sete professores destinados ao Curso para as áreas de fundamentos da educação e de práticas pedagógicas. De posse da primeira versão do projeto para o Curso de Pedagogia, o grupo docente procedeu à reescrita do projeto pedagógico do curso, concomitantemente à revisão da matriz curricular original, dando corpo a um projeto político pedagógico voltado à formação de quadros para a educação pública, projetando a pesquisa com ênfase nesse mesmo campo. Esse grupo docente assumiu como compromisso forjar um modelo de formação *de excelência*.

O clima institucional da Escola Paulista de Medicina - como escola de excelência - se fazia presente e envolvia a todos, gerando a percepção de que ali encontravam-se os meios e as oportunidades para ousar também na formação de professores, propondo a formação teórico-prática dos pedagogos inspirada na Residência Médica, porém distinta dela em razão de estar proposta para a formação inicial no curso de graduação e voltada a todos os estudantes da Pedagogia, portanto, dessa inspiração adotou-se o princípio da imersão no campo profissional da docência e da gestão escolar. Formar professores na mesma chave de qualidade e investimento formativo necessário à formação de médicos; esse foi um ponto de partida e de chegada, pois pensamos o lugar em que queríamos colocar a formação dos professores para então traçar o percurso.

Guardadas as devidas distâncias relativamente à experiência da Residência Médica, destinada à formação de especialistas após a graduação, o grupo desenhou um primeiro esboço do Programa de Residência Pedagógica, destinado a ocupar o lugar dos estágios curriculares obrigatórios e com idêntica carga horária, a ser realizado por todos os estudantes em escolas públicas localizadas no Município de Guarulhos, porém, num formato que superava a experiência dos estágios curriculares que ocorrem de modo extensivo, descontínuo e com tênue vínculo entre estagiários, docentes e gestores das escolas e docentes da universidade, sem o necessário diálogo e a produção de benefícios mútuos entre as escolas e a universidade, entre a formação inicial e continuada de professores.

Desse modo, a formação teórico-prática dos estudantes da pedagogia foi concebida a partir de um currículo que combina dois movimentos: as situações de aprendizagem coletiva em sala de aula acompanhadas por um docente, e as situações de aprendizagem em pequenos grupos, sob a preceptoría de um docente do Curso que ocorre nas disciplinas de Práticas Pedagógicas e Pesquisa (PPP) e de Residência Pedagógica (R.P.). A relação aluno-preceptor nessas atividades é de: até 10 (dez) estudantes por preceptor nas UC Práticas Pedagógicas e Pesquisa; de 6 (seis) estudantes por preceptor nas UC Residência Pedagógica I II e III (Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais e Educação de Jovens e Adultos) e de 2 (dois) estudantes por preceptor na UC Residência Pedagógica em Gestão Educacional. (PPC do Curso de Pedagogia. UNIFESP, 2020, p.32)

As primeiras ocorreram nos quatro primeiros semestres do Curso até 2019, e pretendiam ser uma experiência de pesquisa e exploração da atividade prática de pedagogos não docentes em cenários variados além daqueles das escolas; a Residência Pedagógica, organizada em quatro disciplinas (RP em docência na Educação Infantil, em docência no Ensino Fundamental, em docência na Educação de Jovens e Adultos e em Gestão Educacional) ocupava os quatro últimos semestres do Curso; a partir de 2019, em razão de ajustes necessários na matriz curricular, a disciplina Práticas Pedagógicas passou a ser ofertada nos dois primeiros semestres do Curso e a partir de 2015 o curso teve também ampliação de um semestre para melhor atender as demandas dos estudantes trabalhadores na realização das RPs, passando a organizar-se em nove semestres (PPC Pedagogia 2020). Os residentes são acompanhados não apenas pelo preceptor da universidade (um docente do curso), mas também por um professor ou gestor formador da escola em uma prática à qual chamamos de "imersão": *o vínculo do residente com as escolas-campo de forma intensa, sistemática e por*

um período limitado. Uma descrição mais detalhada do processo de criação e desenvolvimento do PRP da Unifesp foi registrada por GIGLIO e LUGLI (2013); a dinâmica do funcionamento da Residência Pedagógica no Ensino Fundamental é tratada por SILVESTRE e VALENTE (2014) que apresentam os instrumentos e as práticas desenvolvidas no PRP para a imersão.

Essa concepção de currículo, que articula tempos e espaços de aprendizagem, teve inspiração na Pedagogia da Alternância e permitiu reconceituar a formação teórico-prática já presente na ideia de “estágios” como *aprendizagem alternada*, realizada em cenário distinto daquele da sala de aula, possibilitando:

(...) desenhar um percurso de formação prática desde o início do curso, que vinculasse escolhas plurais dos estudantes, ofertas plurais de experiências e vivências dos professores e um ambiente de ensino coletivo aberto a esses repertórios plurais trazidos pelos estudantes, a partir dessas experiências e vivências desenvolvidas (...). A alternância entre situações e cenários de aprendizagem variados, compõe um dispositivo curricular que organiza dois movimentos, permanentemente: um que prevê a aprendizagem coletiva em sala de aula e outro que prevê um conjunto amplo de aprendizagens em situação, realizadas em pequenos grupos e individualmente pelos estudantes, que são orientados por preceptores da universidade, colaboradores de várias instituições e formadores das escolas-campo. (GIGLIO e LUGLI, 2013, p.69).

Dessa concepção singular de formação de professores traçada entre 2006 e 2007, foi possível também projetar não apenas a demanda por contratações, mas também o perfil docente necessário para compor o quadro docente do Curso de Pedagogia. Sendo os pedagogos professores generalistas que atuam na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental, inclusive na Educação de Jovens e Adultos, privilegiou-se contar com docentes especialistas em todas as áreas de ensino que são objetos da docência nesses campos, com experiência docente na Educação Básica e na formação de professores.

O kairós da criação. Residência Pedagógica, de uma ideia ousada à criação partilhada.

O escopo de vinculação da aprendizagem acadêmica com os cenários socioprofissionais do pedagogo e do professor atuante na educação pública, colocou como exigência dar substância ao que foi uma ideia ousada e que deveria ser partilhada também com os professores e gestores das redes públicas no território do Município. Em 2007 a Secretaria de Ensino Superior do MEC (SESu) lançava o segundo edital do Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência - Edital nº 05/2007, de 20/06/2007, MEC/SESu/DEPEM. Para este edital apresentamos o projeto intitulado *Residência Pedagógica. Um diálogo em construção*, desenvolvendo pesquisa exploratória junto às redes públicas de ensino em Guarulhos para ancorar o Programa de Residência Pedagógica da Unifesp.

Os resultados da pesquisa possibilitaram dar materialidade ao Programa de Residência, uma vez que pudemos ouvir professores e gestores escolares quanto às considerações expressas sobre suas experiências pessoais de formação inicial em estágios, sobre as formas de aprendizagem desenvolvidas na vida profissional, sobre a receptividade em tomar parte dessa experiência, as recomendações quanto ao que se espera de um residente e às expectativas de benefícios mútuos entre a universidade e seus estudantes e as escolas e seus professores.

Aspectos extremamente relevantes foram apresentados nas advertências feitas por eles à universidade, revelando a complexidade do percurso até o estabelecimento de relações de confiança estáveis e de respeito mútuo. A adesão voluntária das escolas ao programa, e nelas a adesão voluntária dos professores, foi aspecto central que estabeleceu um modelo de relacionamento que perdura há 11 anos.

A essa escuta aos profissionais que atuam no território por meio dos resultados da pesquisa, foram somadas longas sessões semanais realizadas pelos docentes do curso para a criação e desenvolvimento de uma metodologia para o PRP, de ferramentas de trabalho adequadas e de protocolos de ação dos docentes na preceptoria, realizadas pelo coletivo dos docentes, iniciando pela Educação Infantil e o Ensino Fundamental, seguidos da Educação de Jovens e Adultos e da Gestão Educacional. A equipe docente envolveu-se intensamente com o território educativo de Guarulhos durante o ano de 2008, retornando os resultados da pesquisa à SME de Guarulhos e às Diretorias Regionais de Educação da SEE de São Paulo localizadas no Município. Foram realizadas visitas à secretaria municipal de educação, às escolas municipais e estaduais próximas do Campus Guarulhos para apresentação do Programa de Residência Pedagógica e firmados Acordos de Cooperação com a Secretaria de Educação do Município de Guarulhos e com cada escola parceira a partir da adesão voluntária de gestores e professores de cada escola para a recepção de residentes em 2009.

Um Programa de Residência Pedagógica tem características distintas às de um Projeto que por natureza define um tempo restrito de duração; um Programa curricular que envolve ações obrigatórias supõe ações articuladas e compromissos mútuos que ultrapassam o tempo de gestão de um governo municipal ou estadual; ultrapassam a gestão de um diretor de escola; ele compromete agentes públicos de uma variedade de instituições escolares no território por ser uma ação permanente.

A dinâmica implicada nesse modelo de formação exige uma ação sustentável e de interações contínuas: junto aos sistemas de ensino (secretarias de educação e seus órgãos intermediários - diretorias de ensino - e ou departamentos das secretarias municipais) e junto às escolas, seus gestores e professores. Assim, são firmados Acordos de Cooperação ou equivalentes nos dois âmbitos – do sistema e das escolas. No interior de cada escola há ainda a definição e adesão dos professores e gestores formadores que acompanharão, cada um, um residente de cada vez. Tal procedimento se repete a cada semestre, fato que implica as coordenações das residências e suas equipes em manter constante diálogo com as escolas e seus profissionais, alimentando a aproximação entre as escolas e a universidade num esforço conjunto para a formação dos pedagogos e da formação continuada dos formadores nas escolas.

Tanto a logística de atendimento, quanto a estrutura de gestão do PRP, portanto, precisou ser inventada, experimentada e permanentemente apreciada para responder tanto aos desafios da realidade quanto à fidelidade de seus princípios. Quanto à logística do Programa, levando em conta que os estudantes do curso de Pedagogia na maioria eram e são trabalhadores e que os períodos de Residência nas escolas ocorrem concomitantes ao das aulas na universidade - o que torna o curso de tempo integral no intervalo de tempo de duração das RP - foi e ainda é necessário buscar soluções personalizadas para aqueles que precisam sincronizar períodos de férias do trabalho com a agenda do PRP nas escolas de modo dinâmico e mobilizar suporte da universidade no trânsito entre as escolas-campo e a EFLCH tendo em vista garantir a chegada e partida em ambos os lugares em tempo e segurança. Apesar de as escolas-campo estarem localizadas próximas ao campus Guarulhos, os residentes e preceptores circulam entre elas e o campus nos três turnos de funcionamento, em região de vulnerabilidade, onde o transporte público é escasso e precário em termos de rotas disponíveis. O transporte dos residentes entre a universidade e as escolas é uma atividade imprescindível para viabilizar o Programa, preservando os riscos de segurança pessoal nos trajetos e de pontualidade nas atividades acadêmicas. Veja-se que a qualidade na formação de professores implica em custos necessários que precisam ser previstos e garantidos nos orçamentos das universidades

A estrutura de gestão do PRP prevista inicialmente foi sendo consolidada à medida em que o curso agregava seu corpo docente definitivo e experimentava, na prática, a complexidade de organização interna dele, de

modo indissociavelmente integrado ao conjunto das disciplinas, em diálogo com elas e com as ações de extensão vinculadas ao Programa. A coordenação geral do programa em 2009, passou a ser coadjuvada por quatro coordenações específicas (EI, EF, EJA e Gestão) que lideram equipes de preceptores para atuarem em cada Residência. A estrutura inicial que previa a existência de um Comitê Gestor do PRP - e nele a criação de um comitê de ética do programa – não foi consolidada tal como concebida inicialmente, tendo essa estrutura de gestão um novo formato proposto em 2019 como Comitê Consultivo do PRP, em vias de implantação, mantendo a proposta de um conselho de ética interno.

O kairós, o tempo oportuno da criação, da invenção do novo modelo de formação de professores na Pedagogia da Unifesp, produziu e continua produzindo desafios e intensa dedicação do conjunto dos docentes, dos estudantes e dos formadores profissionais das escolas públicas de Guarulhos; consolidar relações de confiança estáveis com as escolas, seus gestores e professores e desenvolver permanentemente o trabalho coletivo no interior do Departamento de Educação é tarefa contínua dos docentes do Curso e da universidade numa ação sempre inconclusa e afetada pelas políticas dos governos nos três âmbitos (municipal, estadual e federal) que desafiam as escolas públicas e a universidade. Balanço atual sobre o desenvolvimento do Curso de Pedagogia da Unifesp e do PRP é apresentado por GUALTIERI, MARTINS e PESCE (2020) que relatam os processos de adaptação do currículo.

Em síntese podemos considerar as várias dimensões do PRP da Unifesp como uma construção partilhada, de autoria plural, evidenciada pela materialidade do processo de trabalho a cada passo, envolvendo tensões e disputas em torno de seu desenvolvimento.

A Residência Pedagógica, tal como a concebemos, não é um produto que possa ser transformado em mercadoria, como prática em que predomina uma razão instrumental. Ela implica considerar a dimensão da formação inicial universitária articulada à formação contínua dos profissionais; a vinculação entre os conhecimentos teóricos e teórico-práticos da academia aos conhecimentos tácitos dos profissionais das escolas públicas; a dimensão das relações sociais e socioprofissionais presentes no meio; a dimensão do planejamento e da gestão pedagógica, operacional e logística da atividade tanto na universidade quanto nas escolas públicas; o desenvolvimento de um modelo sustentável e que gere benefícios mútuos. Para tanto, é ainda necessário considerar a liberdade e autonomia das instituições para decidirem, praticando uma gestão democrática do programa para consolidar experiências significativas na aprendizagem de todos e no desenvolvimento de uma dimensão ética e estética que permita aproximar as instituições formadoras, balizadas numa racionalidade crítica.

Transformar a Residência Pedagógica em uma tecnologia de formação teórico-prática sem vinculação ao projeto pedagógico e ao conjunto das disciplinas dos cursos de formação de professores, apresenta o risco de tornar invisível tudo o que as escolas e o trabalho de seus professores e gestores têm para ensinar à universidade, tornando a experiência mais um evento efêmero. Experimentar essa imersão no campo de trabalho das escolas públicas pode e deve renovar a potencialidade da academia no ensino, na pesquisa e produção de conhecimentos e na extensão, com a ampliação da nossa capacidade de formar quadros para a educação básica pública.

Essa experiência não busca necessariamente *modelos de excelência profissional, mas aposta na capacidade da universidade e das escolas em compartilhar seus desafios e saberes, qualificando-se mutuamente para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, qualificando a pesquisa nos seus mais variados objetos e recortes metodológicos.* (GIGLIO, C. M. B. et al 2011)

A circulação de ideias

“Aí está germinada e prosperada a semente. Aí está florescido o ideal: aí está frutificado o empreendimento! Aí está a Escola Paulista de Medicina. A árvore boa, em boa hora, sob um bom signo, numa boa terra, e por boas mãos plantada”

[Guilherme de Almeida, na cerimônia do lançamento da estaca fundamental do Hospital São Paulo, em 1936]

Os bons augúrios do poeta Guilherme de Almeida de algum modo ressoam nos dias atuais, visível na ideia-força da Residência na formação de professores *como um ideal de formação* prática que enquanto ideia não é inédita; ela apresenta a força do signo da excelência, outra ideia de uma formação rigorosa em que a aprendizagem prática é tornada eixo de uma aprendizagem significativa que investe na imagem de um profissional cujas qualificações permitem interferir na realidade a partir da observação, da investigação crítica dos eventos que mobiliza os saberes científicos disponíveis para agir sobre a realidade e obter os melhores resultados, à semelhança da complexa formação médica e de suas especialidades.

É imprescindível alertar sobre os riscos da comparação entre a formação médica e a formação de professores para a educação básica: a ideia-força da formação prática médica, seja no internato durante a graduação, seja na residência durante a especialização, está no diferencial da *aprendizagem em situação, na imersão em contextos reais da atividade* e do potencial que esses cenários oferecem para dar sentido ao aprendizado acadêmico como uma operação natural da inteligência e a busca ativa de conhecimentos; os objetos da aprendizagem médica, seus métodos e técnicas, no entanto, têm natureza muito diversa da aprendizagem da docência para atuar não com indivíduos isoladamente, mas com a educação da população, com o desenvolvimento social e intelectual de coletivos de estudantes ao longo de diferentes fases da vida. A Residência Pedagógica inspirada no ensino médico, como trabalho, deixou de ser uma ideia e prosperou na UNIFESP em um novo século, 70 anos depois da estaca fundamental do Hospital São Paulo, constituindo-se sim em ação pioneira na graduação de um curso de Licenciatura no país.

A associação da Residência Pedagógica a uma formação que ocorre após a graduação, como uma especialização, foi cunhada em Projetos de Lei do Senado em três versões como bem relatam Faria & Diniz-Pereira (2019): a primeira em 2007 pelo Senador Marco Maciel, PL n.º 227/2007, inseria na LDB a *residência educacional* destinada a professores habilitados para a docência na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, como etapa ulterior de formação, tornando o certificado da residência como obrigatório para a atuação desses professores após decorridos dois anos da vigência da mudança proposta. Tal projeto foi arquivado em 2011. O texto que justifica o PL é explícito quanto à inspiração na residência médica:

“A residência médica” inspira o presente projeto de lei. Sabemos da importância na formação dos médicos os dois, ou mais anos, de residência, ou seja, do período imediatamente seguinte ao da diplomação, de intensa prática junto a profissionais já experientes, em hospitais e outras instituições de saúde, quando não somente são testados os conhecimentos adquiridos como se assimilam novas habilidades exigidas pelos problemas do cotidiano e pelos avanços contínuos da ciência. (PLS N.º 227, 2007)

Em 2012, novo Projeto de Lei do Senado proposto pelo Senador Blairo Maggi (PLS 284/2012), resgata o projeto contido no PLS 227/2007 com algumas *adaptações* e dentre elas a mudança do *termo residência educacional para residência pedagógica, além de retirar essa fase ulterior de estudos* dos pré-requisitos para ingresso na docência em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

Em 2014 mais um Projeto de Lei de igual teor é apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço (PLS 6/2014), porém, as justificativas que informam o PL apresentam argumentos mais articulados e consistentes, apoiados inclusive em iniciativas experimentadas e algumas em curso como iniciativa do executivo federal por meio da Capes: o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID (Portaria nº 72, de 9 de abril de 2010), voltado para a formação inicial de professores, e o Programa de Residência Docentecriado no Colégio Pedro II para a formação continuada; cita ainda medidas de alguns executivos estaduais e nesses, destacamos a experiência de curta duração do Programa de Residência Docente da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo:

O Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Educação, criou em abril de 2012 e regulamentou em maio de 2013, o Programa de Residência Educacional, um programa de estágio remunerado direcionado para atender os estudantes das licenciaturas, os futuros professores. (PLS06/2014, p.4)

No âmbito do programa de governo do Estado de São Paulo “Educação – Compromisso de São Paulo”, ancorado no discurso sobre a importância da participação de alunos do ensino superior no processo ensino-aprendizagem, realizado nas escolas públicas estaduais, o Programa Residência Educacional - iniciado em 2013 e encerrado em 2014 -, citado nas justificativas do Senador, amplia o escopo da ideia de residência pedagógica para a formação inicial de professores, sem, no entanto, propor tal mudança no PL, que continua nomeando a Residência Pedagógica como etapa ulterior à formação inicial.

Na Câmara dos Deputados o PL nº 7.552/2014 originário do Senado Federal e apresentado pelo Senador Blairo Maggi, tem apensado o Projeto de Lei nº 5.054, de 2016, também de autoria do Senado Federal, que tem por origem iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, já contendo as alterações resultantes de Emenda apresentada pela Relatora, Senadora Marta Suplicy. A relatora, Deputada Keiko Ota indica a aprovação do Substitutivo em Relatório da Comissão de Educação da Câmara Federal de Deputados em 2018, desta vez admitindo o Programa de Residência Pedagógica também na formação universitária inicial de professores:

A Capes instituiu, por meio da Portaria nº 38, de 28 de fevereiro de 2018, o Programa de Residência Pedagógica. O programa foi anunciado pelo MEC em 18 de outubro de 2017 e, naquela ocasião, previa-se a oferta de 80 mil bolsas de Residência Pedagógica no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). A redação do Substitutivo indica que a Residência Pedagógica em nível de graduação será regulamentada pelo Poder Executivo, regulamento este que existe desde a edição da Portaria Capes nº 38/2018. Desse modo, o Substitutivo apenas legitima a ação da Capes.

Em 2018 ainda, o PL foi Retirado de pauta, por acordo, pela Relatora, em razão da aprovação do requerimento nº 466/2018, que solicita a realização de audiência pública sobre o tema. Com o fim da legislatura, o PL tem novo relator designado, Deputado Idilvan Alencar que, em 17/09/2019, o devolve sem manifestação.

A indução de políticas de formação e o campo aberto às apropriações.

Considerando o ambiente legislativo é possível identificar evidências da circulação de ideias a respeito da Residência Pedagógica e as diferentes formas de apropriação que a ideia-força da Residência produziu nos meios políticos, ensejando a proposição de algo que pode transformar a qualidade da educação e superar os problemas relativos aos resultados do trabalho dos professores. As apropriações legislativas da ideia partem de uma compreensão pouco informada sobre o campo das políticas de educação em geral e da formação de professores em particular; evoluem no sentido de agregarem argumentos mais robustos, porém apresentam

incompatibilidade com dados de realidade e seguem até uma versão de Projeto Substitutivo que acomoda expectativas, calibra exigências, servindo no entanto para ancorar a solução de problemas que estão fora da governabilidade dos professores, independentemente da qualidade de formação que tenham.

Operando sob o signo da excelência, a Residência na formação de professores é embalada como uma nova mercadoria, ferramenta sem manual de instruções que promete preparar profissionais capacitados a solucionar problemas do ensino e da gestão escolar com “alta eficácia”.

Considerando o ambiente do executivo federal encontramos igualmente evidências da circulação de ideias sobre a Residência na formação de professores, materializadas na indução e suporte financeiro da Capes que estão alinhadas à ideia de uma Residência Médica, no sentido de levar profissionais graduados a desenvolverem conhecimentos teóricos e práticos pós graduados em contato com modelos de excelência profissional: em 2011, a partir da Portaria 206 de 21/10/2011, com o Programa Residência Docente no Colégio Pedro II, proposto na chave de uma formação ulterior à graduação e iniciado em 2012, como especialização em Ensino Básico; em 2014 com a aprovação do Programa de Residência Docente do Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (CP/UFMG) que funcionou até 2016, assumido como um Curso de especialização em Residência Docente pelo Centro Docente, conforme Faria & Diniz-Pereira (2019, p.19).

Outra ordem de apropriações da ideia de Residência, dessa vez vinculada à formação inicial de professores, foi a originada no ambiente governamental do executivo estadual de São Paulo que instituiu pelos Decretos nº 57.978, de 18 de abril de 2012, e nº 59.150, de 3 de maio de 2013, na Secretaria de Estado da Educação, o Programa Residência Educacional, operacionalizado por meio da Resolução SE 36 de 6-6-2013. Anunciando como intenção do programa a importância do cumprimento do estágio supervisionado obrigatório, a aproximação do estudante de curso de Licenciatura ao cotidiano escolar, condições de participação ativa e maior compreensão do processo de ensino e aprendizagem dos alunos da educação básica o Programa se enquadra no Programa de Educação – Compromisso de São Paulo. Envolvendo metas de melhoria da qualidade de ensino em escolas classificadas como prioritárias, o Programa esteve em atividade nos anos de 2013 e 2014, sendo interrompido ao final desse mesmo ano sob a alegação da necessidade de adaptações, conforme levantado por MORRONE, CESANA, & CHEDE (2016).

Com peculiaridades próprias e finalidade diversa à do PRP da Unifesp, dirigida a escolas à época chamadas prioritárias em que os residentes teriam a função de apoiar e auxiliar o trabalho pedagógico do professor nas escolas da rede estadual de ensino, para melhoria de seu desempenho pedagógico e curricular, os argumentos que deram primazia ao Programa no corpo do Decreto que o instituiu, ou seja, a preocupação com a formação inicial prática dos residentes, são refutados se considerarmos a lógica de distanciamento entre residentes, suas instituições formadoras e respectivos projetos de formação, e as escolas campo da residência. A pesquisa realizada por NAKAYAMA & BRITO (2016, p.33-4) conclui que o programa Residência Educacional não dialoga com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de licenciatura e que a ação do estagiário se encerra na finalidade do programa, voltado para a superação das dificuldades de aprendizagens dos alunos das escolas públicas estaduais.

Por fim, a Capes instituiu, por meio da Portaria nº 38, de 28 de fevereiro de 2018, o Programa de Residência Pedagógica do MEC para a formação inicial em bases próprias e destinado a um número limitado de bolsistas, induzindo a vinculação da experiência à revisão dos currículos de formação universitária no preparo dos novos professores, ancorados na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, definida nas “abordagens e ações obrigatórias” do programa, contidas no Edital Capes Nº 06/2018.

A concepção de residência pedagógica expressa nesse edital descreve elementos importantes: imersão planejada e sistemática do aluno de licenciatura em ambiente escolar visando à vivência e experimentação de situações concretas do cotidiano escolar e da sala de aula que depois servirão de objeto de reflexão sobre a articulação entre teoria e prática.

A Portaria nº 259, de 17 dezembro de 2019, bem como o Edital Capes Nº 01/2020 assumem linguagem mais direta; dispensando a conceituação sobre o Programa de Residência Pedagógica, se torna econômico e direto ao traçar os objetivos no Art. 5º do Edital, em especial no inciso II: promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de licenciatura às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). De todo modo, os Projetos Institucionais de Programa de Residência Pedagógica, são artefatos que ganham vida artificial para responderem à indução nesse momento, o que significa adequação à pauta necessária à aprovação deles, além de uma resposta ao ambiente de competição pelas bolsas de estudo e pesquisa. Tal fato nos coloca duas questões com respeito à indução promovida pela iniciativa da Capes: a primeira diz respeito à capacidade e ao desejo das IES em alterarem os seus projetos pedagógicos dos cursos de formação e assumirem os custos permanentes do PRP a partir dessa experiência pontual induzida a partir de incentivos em bolsas; a segunda questão é a de nos perguntarmos se a Residência Pedagógica - que em tese depende da associação entre uma instituição de ensino superior e escolas-campo - pode ser consolidada a partir de determinações exógenas às duas instituições.

Uma conclusão provisória

Com a finalidade de analisar os modelos de residências propostos no conjunto das proposições aqui estudadas constatamos o poder da palavra Residência na formação profissional, remetendo à uma ideia-força que sugere formação de qualidade superior. Os Projetos de Lei analisados contaram com essa âncora, porém, sem conteúdo articulado à realidade. As iniciativas legislativas ou do executivo federal e do Estado de São Paulo tratados aqui revelaram distintas motivações e concepções da Residência aplicada à formação de professores.

Concebida como parte da formação continuada, como ulterior à formação na graduação, revelaram assumir a potencialidade da imitação pelo exemplo, adquirida junto a profissionais e instituições de excelência, de modo geral com ambientes favoráveis e providos de condições inexistentes na realidade dos profissionais em formação, que enfrentam situações hostis em todos os sentidos e que por vezes são incontornáveis.

Aplicada à formação inicial de professores, o experimento da Residência Educacional em São Paulo demonstrou a inadequação da proposta no aspecto que dava primazia à formação inicial de professores, reproduzindo muito mais a experiência de um estágio remunerado que envolvia o apoio dos residentes aos professores de escolas prioritárias; essa iniciativa que sem dúvida resultou em aprendizagens aos residentes (estagiários), os fez conhecer desafios reais da docência sem uma estrutura robusta de suporte e envolvimento das IES e da SEESP de modo suficiente.

A indução proposta pela Capes apresentou dois elementos centrais: colocou em foco a formação inicial de professores, provocando as IES à experimentação de um modelo de formação teórico-prática da docência que obriga a aproximação entre universidade e escola pública, condicionou as propostas ao objetivo de adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de licenciatura às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O Edital de 2019 assume uma linguagem de racionalidade que dá por suposto a legitimidade de seus termos e confia no poder de indução da marca Residência Pedagógica acompanhada dos

estímulos financeiros a estudantes e professores, no entanto, a iniciativa não tem escala e pode assumir a função mais importante de preparar a aceitação do modelo pelas IES se e quando tornar-se uma imposição legal que poderá inclusive ser adquirida no mercado como um novo produto educacional.

No quadro da circulação de ideias e apropriações nacionais e internacionais da marca o terceiro setor que se organiza e oferta o Programa de Residência Pedagógica como um produto inovador na formação de professores. Exemplo de iniciativa nacional pode ser conhecida no site do Instituto Porvir <https://porvir.org/programa-de-residencia-pedagogica-seleciona-estudantes-de-licenciatura/>. Como exemplo internacional de parceria entre público e privado, o programa Queens College-New York City Department of Education. Urban Teacher Residency <https://advance.newvisions.org/utr/>. Nesse mercado das inovações, o aprendizado na Residência assume inclusive o termo de prática clínica. Essa experiência foi estudada por Cristina Leika Horii na Dissertação de Mestrado intitulada Um estudo da residência médica para a compreensão da formação continuada de professores, em 2013.

A Residência Pedagógica na formação de professores para a educação Básica como um empreendimento inovador, como uma árvore boa, em boa hora, sob um bom signo, numa boa terra, e por boas mãos plantada, é obra que exige seriedade, trabalho, partilha e o reconhecimento de que formar bons professores tem um custo, tal como o tem a formação de bons médicos. Aos que veem na formação precária de professores formados em escolas privadas de baixa qualidade uma vantagem - obtida pelo auto-financiamento a que eles se submetem -, a boa formação dos professores que irão educar crianças e jovens brasileiros custa caro demais segundo os cálculos de custo-benefício para o Estado, e portanto, para o Mercado.

Nesse tempo em que vivemos, há quem espera forjar o sonho eletrônico de Comênius: ensinar tudo a todos, pelo menor custo, produzindo um máximo de eficiência e eficácia e, sempre que possível, dispensar a necessidade de formar professores - humanos...talvez demasiado humanos.

1 Em 2008 a Capes assume o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) em parceria com a SESu e a partir do Edital de 2010, a iniciativa foi transferida para a CAPES pela Portaria nº119 que o institucionalizou, responsabilizando-se também financeiramente por ele.

2 Resultados da pesquisa foram divulgados em: GIGLIO, C. M. B. Residência Pedagógica como diálogo permanente entre a formação inicial e continuada de professores. In: DALBEN, A. et al. (Org.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, v. 1, p. 375-392. Também em GIGLIO, C. M. B. et al. Residência Pedagógica: Um Diálogo em Construção. 2008. Relatório de pesquisa. CAPES-DEB 2008.

3 O trecho é citado no Prefácio do livro A formação médica na Unifesp: excelência e compromisso social. PUCCINI, SAMPAIO e BATISTA (orgs.). – São Paulo: Editora Unifesp, 2008. Nele, o reitor relata que em 1957, a Escola Paulista de Medicina (EPM) instituiu seu programa de residência médica, o terceiro do país, possibilitando o grande salto de qualidade na formação profissional do médico, instituto cada vez mais indispensável como método de treinamento em serviço.p12.

4 Faria & Diniz-Pereira (2019) apresentam informações detalhadas sobre as iniciativas apoiadas pela Capes: no Colégio Pedro II (Capes por meio da Portaria n.º 206, de 21 de outubro de 2011) com o Programa Residência Docente, e também o Projeto Residência Docente do Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (CP/UFMG) aprovado pela CAPES ao final de 2013 e passou a funcionar no CP/UFMG em 2014, este último não citado no PLS 6/2014.

5 Fonte: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=615367> Acesso em 19/10/2020.

6 A experiência é detalhada em: Sant'Anna, Neide da Fonseca P; Mattos,Francisco Roberto P.; Costa, Christine Sertã. Formação continuada de professores: a experiência do Programa de Residência Docente no Colégio Pedro II. (2015)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Edital CAPES 06/2018 que dispõe sobre a Residência Pedagógica. Disponível em <http://uab.capes.gov.br/images/stories/download/editais/27032018-Edital-6-Residencia-Pedagogica-Alteracao-II.pdf>. Acesso em 19 de outubro de 2020.

BRASIL. Edital CAPES 01/2019 que dispõe sobre a Residência Pedagógica. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/21102020-edital-1-rp-alteracao-pdf>. Acesso em 19 de outubro de 2020.

_____. Senado Federal. Projeto de Lei Nº 227, de 2007 sobre a “residência educacional a professores da educação básica”, de autoria do Senador Marco Maciel. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/80855>

Acesso em 19 de outubro de 2020.

_____. Senado Federal. Projeto de Lei Nº 284, de 2012 Senador Blairo Maggi que altera o projeto de Lei n. 277, de autoria do senador Marco Maciel. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106800> Acesso em 19 de outubro de 2020

_____. Senado Federal. Projeto de Lei Nº 06, de 2014 que dispõe sobre a “residência pedagógica do Senador Ricardo Ferraço que altera a Lei 9394/96. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115998> Acesso em 19 de outubro de 2020

_____. Câmara Federal. Substitutivo ao Projeto de Lei nº 7.552, de 2014 (Apensado: PL nº 5.054/2016) Acrescenta art. 65-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para instituir Residência Pedagógica para os professores da educação básica (2018). Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5AB99E5F786D0362EE79AFF883272AFA.proposicoesWebExterno2?codteor=1658550&filename=Parecer-CE-10-05-2018. Acesso em 19 de outubro de 2020

BRITO, Solange Aparecida da Silva. Estágio Remunerado, formação, profissionalização e precarização do trabalho docente: um estudo a partir do programa “residência educacional” São Paulo, 2013. Dissertação (mestrado), Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba, Sorocaba, 2013.

FARIA, Juliana Batista; Diniz-PEREIRA, Júlio Emílio. Residência pedagógica: afinal, o que é isso? Revista de Educação Pública. Cuiabá, v. 28, n. 68, p. 333-356, maio/ago. 2019

Disponível em https://www.researchgate.net/publication/333226811_Residencia_pedagogica_afinal_o_que_e_isto Acesso em 19 de outubro

FARIA, Juliana Batista. O naufrágio, o baile e a narrativa de uma pesquisa [manuscrito]: experiências de formação de sujeitos em imersão docente. Belo Horizonte, 2018. Tese - (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-BA8PTQ> Acesso em 19 de outubro de 2020.

GIGLIO, Celia Maria Benedicto; LUGLI, Rosário Silvana Genta. Diálogos pertinentes na formação inicial e continuada de professores e gestores escolares. A concepção do Programa de Residência Pedagógica na UNIFESP. *Cadernos de Educação*, n. 46, 2013, p. 62-82, set./dez., 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/4173> Acesso em 19 de outubro de 2020.

GIGLIO, Celia Maria Benedicto. et al. *Residência Pedagógica: Um Diálogo em Construção*. 2008. Relatório de pesquisa. CAPES-DEB 2008.

GIGLIO, Celia Maria Benedicto. *Residência Pedagógica como diálogo permanente entre a formação inicial e continuada de professores*. In: DALBEN, A. et al. (Org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, v. 1, p. 375-392.

GIGLIO, Celia Maria Benedicto. et al. *Residência Pedagógica: diálogo permanente entre a formação inicial e a formação contínua de professores e pedagogos*. In: GOMES, M. de O. (Org.) *Estágios na formação de professores: Possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão*. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p. 15-46.

GUALTIERI, Regina Cândida; MARTINS, Edna; PESCE, Lucila. Curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Paulo: avanços e desafios. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 18, n.3, p.1140-1159 jul./set. 2020. Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo – PUC/SP <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>.

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982015000400249

Acesso em 19 de outubro de 2020.

MORRONE, Maria Lucia; CESANA, Marina Ranieri; CHEDE Rosângela Aparecida Ferini Vargas. *Residência Educacional: Uma possibilidade de articulação teoria e prática na formação docente*. XI Seminario Internacional De La Red Estrado. *Movimientos Pedagógicos y Trabajo Docente en tiempos de estandarización*. Universidad Pedagógica Nacional de México, México – DF, 2016.

http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo3/73.pdf Acesso em 19 de outubro de 2020.

NAKAYAMA, Bárbara Cristina Sicardi; BRITO, Solange Aparecida da Silva. *Formação de professores, estágio remunerado e precarização do trabalho docente: as contradições do Programa Residência Educacional*. *Laplage em Revista (Sorocaba)*, vol.2, n.2, mai.-ago. 2016, p.33-4. Disponível em

<https://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/158> Acesso em 19 de outubro de 2020.

POLADIAN, Marina Lopes Pedrosa. *Estudo sobre o Programa de Residência Pedagógica da UNIFESP: uma aproximação entre a Universidade e Escola na formação de professores*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, PUC-SP 2014. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/16141/1/Marina%20Lopes%20Pedrosa%20Poladian.pdf> Acesso em 19 de outubro de 2020.

PUCINI, Rosana Fiorini; SAMPAIO, Lucia Alves e BATISTA, Nildo Alves (orgs.). *A formação médica na Unifesp: excelência e compromisso social*. – São Paulo: Editora Unifesp, 2008.

SANT'ANNA, Neide da Fonseca P; MATTOS, Francisco Roberto P; COSTA, Christine Sertã. Formação continuada de professores: a experiência do Programa de Residência Docente no Colégio Pedro II. (2015) Educação em Revista. Belo Horizonte, v.31, n.04, p.249 – 278. Outubro-Dezembro 2015. Disponível em

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982015000400249&script=sci_arttext

Acesso em 19/10/2020

SÃO PAULO. PROVÍNCIA. Anexos do relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial em S. Paulo na 2.a sessão ordinária da 15.a legislatura pelo presidente, o conselheiro João Crispiano Soares. S. Paulo, Typ. Imparcial de J.R. de Azevedo Marques, 1865. (Sic). Relatório sobre a Instrução Pública de S. Paulo pelo Inspetor Geral da Instrução Pública Diogo de Mendonça Pinto em 1864.

http://ddsnext.crl.edu/titles/186?terms=&item_id=5103#?c=0&m=54&s=0&cv=105&r=0&xywh=-236%2C280%2C1865%2C1316 Acesso em 19 de outubro de 2020

SÃO PAULO. Decreto nº 57.978/2012. Institui o Programa de Residência Educacional, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado – Poder Executivo – Seção I - 19/04/2012, p. 1. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/norma/166818> Acesso em 19/10/2020

_____. Decreto 59.150/13. Dispõe sobre o Programa Residência Educacional, instituído pelo Decreto nº 57.978 de 18 de abril de 2012. Diário Oficial do Estado do Estado – Poder Executivo. Seção I - 10/05/2013. p. 3. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/norma/166818> Acesso em 19/10/2020

SAVIANI, Dermeval. Formação de Professores no Brasil: Dilemas e Perspectivas. Poíesis Pedagógica - V.9, N.1 jan/jun.2011; pp.07-19. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/15667> Acesso em 19/10/2020

_____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Rev. Bras. Educ. vol.14 no.40 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2009 Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf> Acesso em 19/10/2020

SILVESTRE, Magali Aparecida; VALENTE, Wagner Rodrigues. Professores em Residência Pedagógica: estágio para ensinar Matemática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

UNIFESP. Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2020.

https://www.unifesp.br/campus/gua/images/Apoio_Pedagogico/Projetos_Pedagogicos/2020_PPC_PEDAGOGIA_2020_vfinal_atualizado.pdf Acesso em 19 de outubro de 2020

_____. Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia(2006-2010). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2010.

GIGLIO, C. M. B. Residência pedagógica. Circulação de ideias, modelos e apropriações na formação de professores. Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores. Belo Horizonte. Vol. 13, nº. 25 v(p. 13-30) 31 dez. 2020. ISSN: 2176-4360. DOI <https://doi.org/10.31639/rbpfp.v%vi%i.439>

